

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Liderança à distância

Mesmo cumprindo pena no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, no complexo conhecido como “Papudinha”, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL, foto) segue como figura central nas decisões do partido. A constatação, repetida por aliados, é de que a prisão não significou silêncio político. Pelo contrário, o ex-presidente continua orientando candidaturas e articulando o desenho eleitoral de 2026.



EVARISTO SA/AFP/JC

Força simbólica

No Distrito Federal, as indicações da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e da deputada Bia Kicis ao Senado são vistas como demonstração de força simbólica. A eventual candidatura de Michelle também ganhou reforço do senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato ao Planalto no campo bolsonarista. O recado é claro: “mesmo fora do Palácio e preso, Bolsonaro ainda pauta o PL”.

O caso do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, o deputado Ubiratan Sanderson (PL/RS), vice-presidente da Oposição na Câmara, que esteve com Bolsonaro no sábado, disse à coluna Repórter Brasília: “estive visitando o ex-presidente Bolsonaro e ele afirmou não abrir mão da minha candidatura ao Senado pelo PL do Rio Grande do Sul”. A reunião de aliados consolidou a pré-candidatura de Sanderson ao Senado, ao lado do deputado federal gaúcho Marcel Van Hattem (Novo), reforçando a estratégia de chapa própria do PL no estado.

Disciplina interna

A frase atribuída a interlocutores: “o que Bolsonaro determinar, é lei”, traduz o ambiente de disciplina interna no partido. A decisão tende a esfriar movimentos de outras legendas, como o PP, que ensaiava discutir candidatura própria ao Senado no Rio Grande do Sul. Com a palavra final vinda de Brasília, a tendência é de que o PL mantenha candidatura alinhada ao ex-presidente.

Cenário em aberto

Ainda assim, lideranças progressistas evitam declarações definitivas. Questionado pela coluna, o senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) indicou que as definições passam pelo comando regional, com articulações conduzidas pelo presidente estadual do PP, Covatti Filho, e por Luciano Zucco, pré-candidato do PL ao Palácio Piratini. Ou seja, o cenário segue em aberto.

O peso político

O fato político é inegável: Bolsonaro mantém ascendência sobre sua base. Deputados e senadores continuam a buscá-lo para orientações, e suas indicações são tratadas como referência no campo conservador. Isso reforça a ideia de uma liderança personalista e resistente à ausência institucional.

Riscos e cálculo eleitoral

A estratégia, porém, traz riscos. Até que ponto candidaturas fortemente vinculadas a um líder preso ampliam ou restringem o eleitorado? Em estados competitivos, a dependência do aval de Bolsonaro pode ser ativa ou limitadora.

Eleições de 2026 no horizonte

Aliados projetam o bolsonarismo competitivo em todas as frentes: Senado, governos estaduais e Presidência. Lideranças regionais recebem sinal verde para organizar palanques e preservar a capilaridade do movimento. Mas tudo ainda está em construção.

Governador Eduardo Leite
vai depor na CPI dos Pedágios

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) vai depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as concessões rodoviárias nos blocos 1, 2 e 3 – a chamada CPI dos Pedágios. Os deputados integrantes aprovaram na sessão de ontem – com dez votos favoráveis e nenhum contrário – o convite para Leite comparecer à CPI dos Pedágios. O governador do Estado não pode ser convocado, apenas convidado.

No início da sessão, dois requerimentos solicitavam a presença de Eduardo Leite. Um deles pedia a convocação; o outro, o convite. O requerimento de convite foi apresentado pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, Frederico Antunes (PP).

“Fiz o requerimento (para convidar o governador) para facilitar aquilo que, por força de interpretações jurídicas e por não constar dentre as pessoas com funções que podem ser convocadas por esta comissão, eu fiz a proposição de aprovarmos um convite e combinarmos data de acordo com os membros da comissão e das possibilidades do governador”, explicou Antunes.



DIVULGAÇÃO ALRS/JC

Deputados estaduais Paparico Bacchi (e) e Frederico Antunes (d)

Esse requerimento foi aprovado com dez votos favoráveis, inclusive do presidente da CPI, deputado estadual Paparico Bacchi (PL) – autor da solicitação para a convocação de Leite, caso ele se desincompatibilize do cargo no Executivo para concorrer na eleição de 2026.

Eduardo Leite pretende decidir se vai abrir mão do cargo para concorrer à presidência da República ou ao Senado até março. O prazo de desincompatibilização termina no início de abril.

Inclusive, o Eduardo Leite manifestou interesse em falar ao colegiado, após criticar os membros da CPI dos Pedágios em diversas oportunidades, porque, na avaliação do governador, os parlamentares estariam usando

as concessões rodoviárias para fins eleitoreiros.

Contudo, no início de fevereiro, Bacchi disse que pretendia convocar Leite para depor na CPI assim que ele deixasse o cargo de governador. Após alguns dias, o governador afirmou que pretendia comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Após a aprovação do convite ao governador, o presidente do colegiado retirou o seu requerimento para a convocação. “A CPI será longa e ainda há muitos dados técnicos e informações a serem levantadas. Ele virá e será questionado num primeiro momento. Se as respostas não forem suficientes, após a renúncia ao governo do Estado, vamos convocá-lo formalmente”, projetou Paparico Bacchi.

Deputados prorrogam Comissão por mais 60 dias

Os deputados estaduais aprovaram na sessão de ontem a prorrogação por mais 60 dias da CPI dos Pedágios. O colegiado – que

investiga possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias dos blocos 1, 2 e 3 – foi instaurado em 16 de dezembro de 2025. Inicial-

mente, a comissão tinha 120 dias para concluir os seus trabalhos. Agora, as investigações devem se estender até o início de junho.

TSE começa a julgar na quinta resoluções para eleições

/ ELEIÇÕES 2026

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia nesta quinta-feira (26) o julgamento das minutas de resoluções que vão regulamentar as eleições de 2026. Para dar continuidade à análise, também foi marcada uma sessão extraordinária para a próxima segunda-feira (2).

De acordo com o calendário eleitoral, as normas precisam ser aprovadas até 5 de março. A Corte teve pouco menos de um mês para examinar as sugestões enviadas por entidades da sociedade civil e

por plataformas digitais antes do início dos julgamentos.

O relator das propostas é o vice-presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques. Em janeiro, ele apresentou versões preliminares das resoluções, e o Tribunal abriu prazo para sugestões da sociedade. Ao todo, foram 1.423 propostas de alteração, parte delas debatidas em audiência pública realizada no início deste mês.

A principal expectativa gira em torno da regulamentação do uso de inteligência artificial nas campanhas. Nunes Marques disse que o impacto da IA nas eleições

de 2026 é um tema que “reclama escuta ativa dos atores do processo eleitoral, bem como das empresas de tecnologia, de modo a construir dispositivos que verdadeiramente contribuam” para a proteção de direitos.

As audiências públicas para receber sugestões foram realizadas nos dias 3, 4 e 5 deste mês. Nunes Marques afirmou que as regras para IA serão elaboradas justamente a partir dessas sugestões. As resoluções precisam ser aprovadas até 5 de março para que passem a valer nas eleições de outubro.